

# O BRASIL ECONOMIZA US\$ 170 MILHÕES EM JUROS

**É o resultado de  
mais um acordo com os  
bancos estrangeiros**

Os bancos estrangeiros esperaram que o Brasil finalmente apresentasse um plano de recuperação da economia interna pelo menos confiável, para selar o acordo para a dívida vencida em 1985 e a que está vencendo em 1986. Ontem, o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, informou que os US\$ 6,1 bilhões do principal da dívida vencida no ano passado somente serão pagos a partir de 1989, mas os juros continuarão sendo remetidos normalmente. Com relação a 1986, quando vencerão US\$ 9,5 bilhões, continuarão sendo pagos também os juros, enquanto o reescalonamento deverá ser acertado no final do ano.

O avanço conseguido pelo País nestas negociações está no fato de que o spread (taxa de risco) foi reduzido de 1,75% acima da prime rate para 1,125% acima da libor para a dívida externa do setor público e 1,25% para os débitos do setor privado. A taxa básica de juros vigentes em Nova York não mais serve como parâmetro para a dívida brasileira, e isso diminuiu em cerca de US\$ 170 milhões o custo dos débitos brasileiros, segundo estimativa de Bracher. Foi eliminada também a comissão que os bancos cobravam normalmente sobre os montantes negociados, o que aumenta para aproximadamente US\$ 320 milhões o "lucro".

Bracher salientou que a renegociação sem qualquer acerto prévio



com o FMI — ao contrário do que exigiam inicialmente os bancos — significou um ganho político, na medida em que o País reconquistou a economia para gerir seus negócios. Mas evitou qualquer declaração que pudesse melindrar o FMI: "Não dispensamos a colaboração do Fundo". Acrescentou que a atual renegociação abre o caminho para o Brasil voltar ao mercado financeiro internacional, de onde saiu como captador de empréstimos em 1983. Porém, disse que "durante as conversações não se falou em dinheiro novo. Talvez para o futuro, sim".

Antônio de Pádua Seixas assinalou que os spreads agora reduzidos valem também para os finan-

ciamentos comerciais e interbancários, que somarão US\$ 15,5 bilhões, até março de 1987. Essas linhas também foram prorrogadas no final da semana passada. O acordo a respeito de 1985 e 1986 deverá ser assinado em meados deste ano, porque faltam questões técnicas relativas aos contratos, segundo Bracher e Seixas.

Apesar do fato de o Brasil ter conseguido reduzir um pouco o "spread" para 1,125 sobre a taxa interbancária de Londres (libor), esta não pareceu ser a sua maior meta nas negociações (assim como parece também não ser a do México). Mas pode-se dizer que foi um bom resultado, sendo que o objetivo ainda é reduzir mais essa taxa.

Para se ter uma idéia da situação atual, a libor está atualmente por volta de 9%, de modo que o Brasil tefia que pagar algo em torno de 10% da sua dívida, que gira em torno de 100 bilhões de dólares. Só o pagamento destes juros representam uma despesa para o País de cerca de 10 bilhões de dólares. Uma carga muito pesada e que prejudica o esforço de qualquer país para conseguir superávit na balança comercial num momento de barreiras protecionistas e de queda dos preços das matérias-primas.

Uma fonte bancária ligada ao México, afirmou ontem que a "taxa dada agora ao Brasil não foi nenhuma concessão e que a taxa de juros na realidade parece a que se concede a uma empresa comercial e não a uma nação. Esta é a mesma taxa concedida ao México, que no entanto deseja reduzi-la mais ainda".

Há quem diga que a América Latina precisa e está pronta para usar efetivamente um maior nível de investimentos e de crédito externos, particularmente crédito para novos investimentos produtivos. Mas a retração dos créditos e as taxas de juros cobradas deixam os países latino-americanos sem recursos para impulsionarem seus desenvolvimentos e gerar mais dinheiro para o pagamento da dívida. O que se transforma em um círculo vicioso que até agora não se rompeu.